

# Apresentação

## Encontros, compromissos e resultados

Alexsandro Santos<sup>1</sup> e Humberto Dantas<sup>2</sup>

A *Câmara Municipal de São Paulo*, criada em 1560 e aproximando-se de meio milênio de história é, além de um dos mais antigos parlamentos do país, a maior casa parlamentar municipal do Brasil, bem como o sétimo maior legislativo em volume de representantes. São, ao todo, 55 vereadores e vereadoras, mesmo número de deputados estaduais da *Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*.

Aproximando-se de um século de história, a *Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo* (FESP-SP) é uma das mais tradicionais faculdades do Brasil, e o primeiro centro formador desse tipo no país. Nascida quando ainda se tinha uma dimensão mais limitada das carreiras de nível superior, concentradas no Direito, na Engenharia e na Medicina, foi inaugurada como um espaço de reflexão e pensamento, tornando-se cenário fundamental ao desenvolvimento da intelectualidade nacional.

O Poder Legislativo municipal brasileiro experimentou, ao longo da história do país, distintas funções e um maior ou menor protagonismo que variou de acordo com o ritmo da democracia e dos desenhos institucionais da nação. Recentemente, faz cerca de 30 anos, casas dessa natureza, a despeito da esfera de poder, têm assumido uma responsabilidade absolutamente central na realidade da educação. A criação de escolas do parlamento, ou escolas do legislativo tem garantido o desenvolvimento de conteúdos, debates e ações fundamentais ao amadurecimento político-democrático do Brasil. Na capital paulista, a *Escola*

---

1 Doutor em Educação pela USP e Mestre em Educação: História, Política, Sociedade pela PUCSP. É pesquisador em estágio pós-doutoral junto ao Programa de Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB), e junto ao Programa de Psicologia da Educação da PUCSP. Em 2020, passou a integrar o Programa Internacional de *Fellows* da Fundação Ford. Desde 2015, está na coordenação da *Escola do Parlamento da Câmara Municipal*, tendo assumido a presidência em 2019.

2 Doutor e Mestre em Ciência Política pela USP, Pós-doutorando em Administração Pública pela FGV-SP. Foi diretor-presidente da *Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo* de abril de 2017 a novembro de 2018. Coordena a especialização em Ciência Política da *Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo* (FESP-SP) e tem forte atuação em ações de educação política e projetos sociais em diversos órgãos públicos e particulares. É comentarista político, colunista, e autor e organizador de diversos livros abordando a temática da cidadania, da democracia e da política.

do *Parlamento da Câmara Municipal* completa 10 anos e se consolida como espaço para o pensar democrático e plural, com foco central nos desafios de uma cidade que possui a dimensão e a complexidade de um país.

A Ciência Política, por sua vez, tem buscado se consolidar como um campo de conhecimento capaz de compreender de forma consistente a realidade institucional de diferentes sociedades, em perspectiva histórica e conjuntural. Na FESP-SP, em 2013 foi criada uma pós-graduação especificamente nesse campo, com o intuito de aprimorar debates fundamentais sobre a democracia, suas organizações e desafios. E desde então, ininterruptamente, tem formado a cada semestre participantes que contribuem para a educação, o jornalismo, a advocacia, as relações governamentais etc.

São essas realidades que buscamos reunir, simbolicamente, nesse volume da *Revista Parlamento e Sociedade*. Numa parceria profícua, colocamos a agenda de debates da *Escola do Parlamento* para dialogar com os resultados de trabalhos de conclusão de curso da pós-graduação em Ciência Política da FESP-SP. Como organizações parceiras em ações educativas, a *Câmara Municipal de São Paulo* e a *Fundação Escola de Sociologia e Política* se reúnem para espelhar parte da complexidade dos desafios da ciência política e do debate democrático num espaço simbolizado por uma revista acadêmica de uma escola do Legislativo. Aqui se unem o rigor da pesquisa ao compromisso de democratizar o conhecimento, ou seja: a formalidade da universidade e a responsabilidade sócio-política do parlamento.

Com base em tal narrativa, reunimos aqui sete textos. São contribuições escritas pelos diplomados em parceria com seus respectivos professores-orientadores. Os textos traduzem, em parte, os desafios do programa da FESP-SP e contribuem para uma visão ampla da Ciência Política e suas agendas. Começa no universo das narrativas eleitorais, passa pela análise dos meios de comunicação, busca compreender a lógica da governabilidade, dialoga com estratégias de lobby, procura entender a representatividade feminina em organizações sindicais, discute a teoria do federalismo e termina investigando a legitimidade do governo da China. Tanta diversidade oferece bons exemplos da potência que une uma ciência ampla e o compromisso de uma escola do parlamento em traduzir debates e espelhar reflexões. A seguir um breve resumo de cada trabalho.

Nos dois primeiros artigos olhares distintos sobre as eleições de 2018. Rodrigo Carani e o professor Hilton Fernandes buscam entender como as eleições presidenciais de 2018 foram marcadas por mudanças significativas nos recursos públicos para partidos e candidatos, com redução do tempo de campanha e do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). Ao mesmo tempo, procuram

compreender como o país passava por uma grave instabilidade política causada pelos casos de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato, o *impeachment* sofrido pela presidente Dilma Rousseff e a baixíssima popularidade do então presidente, Michel Temer. Nesse contexto, discursos extremistas surgiram em parte do eleitorado brasileiro, tendo o medo como base frequente de seus apelos. É com base nesse cenário que o artigo analisa como o discurso do medo esteve presente nas propagandas do HGPE veiculadas pelos principais candidatos que disputaram as eleições de 2018.

No segundo trabalho, Bianca Teixeira de Carvalho e a professora Tathiana Chicarino buscam sistematizar a cobertura feita pelo *Jornal Nacional* (JN) acerca da eleição para presidente de 2018 através das reportagens sobre a agenda dos candidatos, as pesquisas de intenção de voto e as pesquisas de rejeição dos institutos *Ibope* e *Datafolha*. Acontecimentos políticos como a prisão do ex-presidente Lula e a facada em Jair Bolsonaro afetaram o pleito e a própria cobertura do JN. O trabalho parte da hipótese de que o telejornal continua sendo uma mídia relevante no cenário eleitoral por ajudar a conformar um imaginário coletivo acerca dos candidatos em disputa e, mesmo com o advento das redes sociais, a atração teve seu espaço midiático redimensionado, mantendo uma presença intensa no acompanhamento da corrida presidencial.

O terceiro trabalho dialoga com os desafios associados à governabilidade – em parte simbolizada pelas relações entre os poderes Executivo e Legislativo. Luiz Alberto Gomes e a professora Joyce Luz têm como objetivo entender se o governo de Jair Bolsonaro vem garantindo governabilidade mesmo sem adotar princípios mais tradicionais do que se convencionou chamar de presidencialismo de coalizão. Para isso, foram analisadas as Medidas Provisórias promulgadas em um ano e dez meses de mandato, e as dinâmicas com o Legislativo para que tais matérias virassem ou não normas jurídicas. A pesquisa também faz uma comparação histórica com outros presidentes. Os resultados mostram que o novo governo tem conseguido avançar parte das Medidas Provisórias, mas com taxas e números, quase sempre, inferiores ao de todos os antecessores que optaram sempre por formar uma coalizão de governo. A conclusão é que a opção inicial de Bolsonaro por governar sem dar muito espaço para partidos no governo impactou na capacidade de o Executivo avançar sua agenda. Além disso, um governo com articulação frágil tem levado o Congresso a adotar um protagonismo inédito na redemocratização.

No quarto texto um campo relevante que a Ciência Política tem buscado aprimorar por meio de pesquisas: a representação de interesses por meio de ações

organizadas, sobretudo na interação entre as agendas do mundo privado e o interesse público. Aqui, especificamente, Rodrigo Bicudo Garcia e o professor Renato Eliseu observam que as chamadas Cidades Inteligentes se tornaram um dos principais conceitos que permeiam a abordagem das empresas de tecnologia na interlocução com representantes de governos de diversas realidades econômicas, inclusive no Brasil. Nessa perspectiva, o artigo tem como objetivo mapear ações organizadas de interlocução com o poder público que influenciaram a aquisição de bens e serviços do portfólio de Cidades Inteligentes, destacando as principais práticas de aproximação com os agentes públicos, ora executadas de maneira separada, ora em conjunto ou na forma de associações de classe.

A seguir, no quinto artigo, de Isis Munhoz e da professora Grazielle Silotto, uma relevante abordagem que caracteriza parte de esforços significativos da Ciência Política: o debate sobre representatividade e gênero. Aqui, em especial, as autoras avaliam os Sindicatos como responsáveis pela representação dos interesses dos trabalhadores num cenário de divisão do trabalho em que o gênero feminino é associado à esfera da reprodução social e as mulheres nem sempre têm suas demandas de trabalho atendidas, o que retroalimenta a desigualdade de gênero. Assim, o texto tem dois objetivos. O primeiro é investigar a hipótese de que esta não-representação feminina pode estar associada à ausência de mulheres nas direções sindicais. E o segundo é compreender os motivos pelos quais estas mulheres não adentram esta esfera na prática, mesmo quando há diretrizes de paridade de gênero. A partir desses compromissos, o artigo analisa três sindicatos associados à representação supostamente i. feminina (Apeoesp), ii. mista (Bancários) e iii. masculina (Metalúrgicos do ABC). Os dados comprovam um esvaziamento da figura feminina nos cargos de direção executiva. Evidências qualitativas corroboram os números apresentados. Em entrevistas, mulheres sindicalistas apontaram questões como assédio, discriminação e violência de gênero.

O sexto trabalho dessa edição de Parlamento e Sociedade simboliza um compromisso relevante da Ciência Política com a teoria, a filosofia e o pensamento político. Diego Bello e o professor Rodrigo Gallo buscam discutir o conceito clássico de federalismo a partir da literatura da teoria política, como os textos dos autores de *O Federalista*, e contrapor as ideias do federalismo liberal com as concepções apresentadas por Pierre-Joseph Proudhon. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa realiza uma revisão bibliográfica do conceito de federalismo, de modo a resgatar os marcos conceituais históricos fundamentais e oferecer um contraponto por meio das proposições proudhonianas. A hipótese do artigo é que enquanto Hamilton, Madison e Jay discutem o federalismo por uma perspectiva

institucional, que concebe um governo federal capaz de organizar o território nacional, assegurar um grau relativo de independência para os entes da federação e preservar as liberdades individuais – o que, na perspectiva liberal, está associado ao direito de propriedade –, Proudhon aposta em uma federalização permanente nos diferentes níveis da vida social.

Por fim, aproximando-se da lógica mais internacional, Vinicius Novak e a professora Suhayla Khalil entendem que o governo chinês, apesar de seu forte desempenho econômico na última década, vem tendo seus resultados contestados de maneira geral pelo Ocidente, dada à ausência do voto popular e, por conseguinte, de legitimidade. Segundo essa perspectiva, o Partido Comunista seria sustentado por apenas dois fatores: a alta taxa chinesa de crescimento econômico e a instrumentalização do sentimento nacionalista da população, os quais seriam frágeis para manter uma percepção positiva do governo e, logo, a China estaria fadada a um processo de democratização baseado nos moldes liberais. Na contramão, o que se observa é que o governo chinês tem conseguido manter-se estável (mesmo com certas críticas), enquanto as democracias liberais vêm sofrendo com levantes de demandas populares. Levando em conta tal cenário, o trabalho realiza uma análise exploratória, por meio da revisão bibliográfica sobre o tema, para avaliar quais seriam os fatores que conferem legitimidade ao governo da China.

Para além da complexidade de temas e interesses de agenda de pesquisa, que indicam para uma pluralidade científica que caracteriza o estudo da política, chama a atenção a diversidade de autores, com um grupo simbolizado por quatro professoras e três professores, e duas pesquisadoras e cinco pesquisadores. Esse equilíbrio tem sido buscado nos eventos e publicações da /, e na formação do corpo docente do curso de Ciência Política da FESP-SP, representando algo plural, democrático e essencial ao nosso desenvolvimento. Desejamos uma boa leitura, excelentes debates e um amadurecimento dessa essencial diversidade de agendas e compromissos científicos no campo da política, algo fundamental aos parlamentos, à educação superior, às escolas do Legislativo e à ciência política.